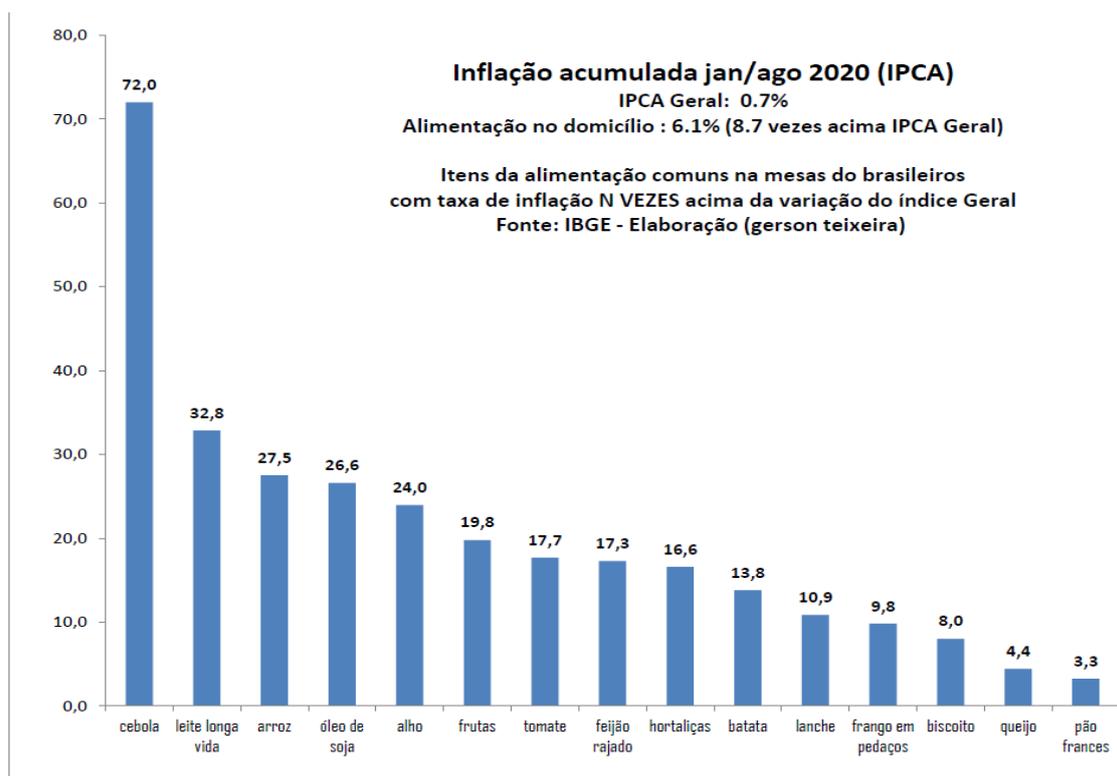


A Atual Carestia dos Alimentos

Gerson Teixeira
Brasília, 23/09/2020

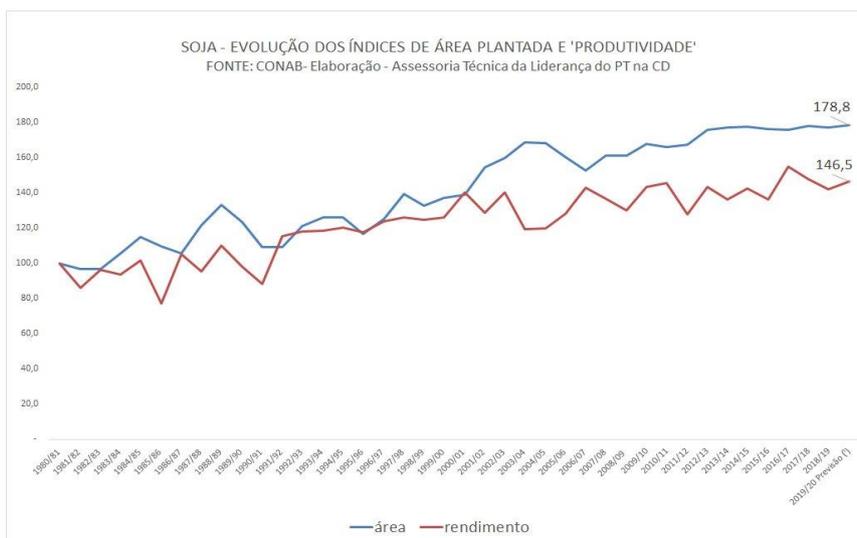
Em primeiro lugar, vejamos a figura abaixo que apresenta o número de vezes, para maior, da variação dos preços dos alimentos selecionados, em relação à variação acumulada do IPCA, no período de janeiro a agosto.



Fonte: IBGE – Elaboração própria

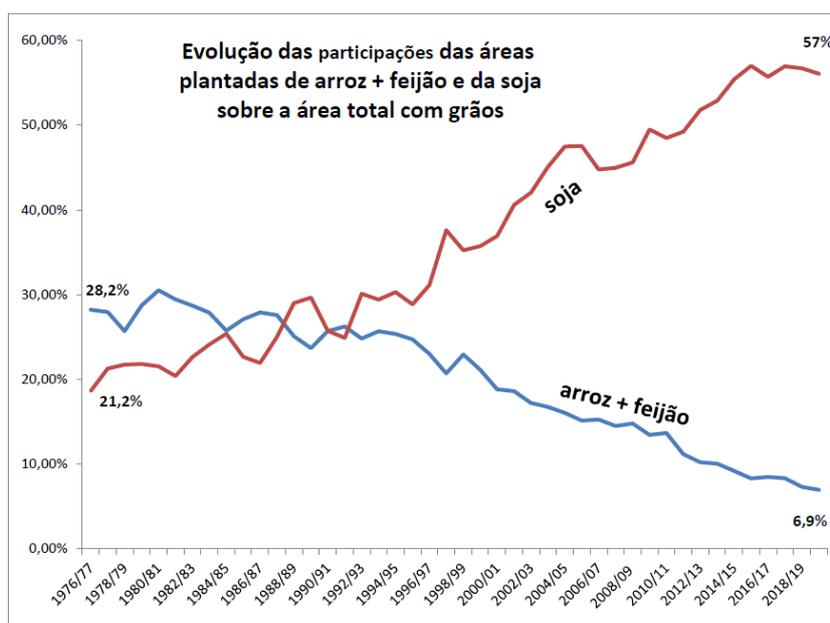
A figura demonstra que a forte alta dos preços é difusa, alcançando produtos relevantes da dieta básica. Hortigranjeiros à parte, o fenômeno sugere a ação de componentes estruturais entre as suas causas.

Ao longo dos anos o Brasil tem sido palco da expansão acelerada do agronegócio exportador, sem limites regulatórios, de uma pauta restrita de produtos. Entre efeitos colaterais tão graves quanto diversificados, assistimos ao ataque desse processo sobre a base territorial produtora de alimentos para o mercado interno. A propósito, ao contrário dos discursos dos intelectuais e lideranças ruralistas, é a expansão da área, e não, os ganhos de produtividade, que tem sido o carro-chefe do avanço de algumas commodities nobres para exportação no período histórico recente. A figura seguinte que exhibe as evoluções dos índices de área plantada e da produtividade da soja demonstra esse fenômeno.



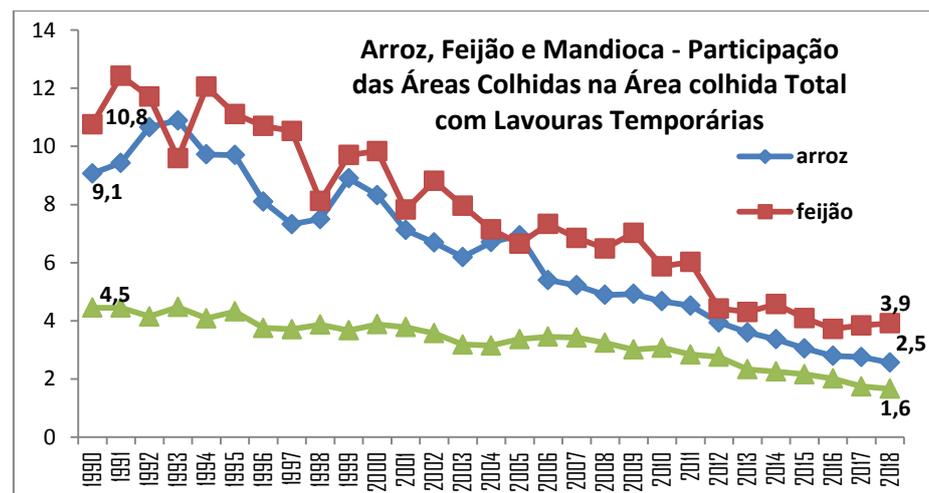
Fonte: CONAB – Elaboração própria

O fato é que há muitos anos o país enfrenta trajetória de erosão da base produtora de alimentos básicos que vem sendo tragada pelas commodities para exportações. A figura abaixo compara soja com arroz e feijão, juntos, em termos da evolução das respectivas participações das áreas plantadas na área total com grãos:



Fonte: CONAB – Elaboração própria

Confirmando as tendências cima, a figura abaixo apresenta a evolução das participações das áreas colhidas de arroz, feijão e mandioca sobre a área colhida total com lavouras temporárias, de 1990 a 2018:

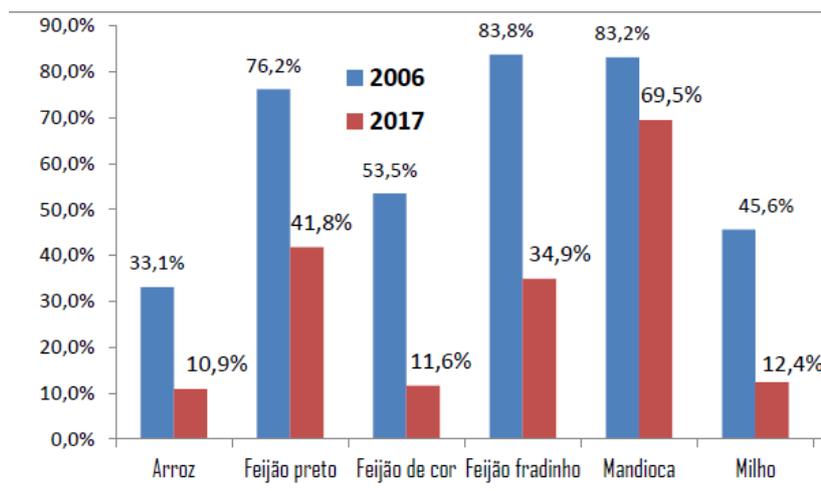


Fonte: IBGE – Elaboração própria

De toda a área plantada com soja no Brasil 80% estão sendo utilizadas para produzir para o mercado externo. São 30 milhões de hectares com essa destinação.

Soja e milho, que de forma direta ou indireta, são destinados majoritariamente para exportações, respondem por 90% da produção nacional de grãos. Portanto, os capitais do agronegócio exportador, e obviamente o governo Bolsonaro, estão se lixando para a segurança alimentar da população brasileira.

Até o golpe de 2016, os nossos governos vinham mitigando essa situação de dano potencial estrutural com mediações via medidas de estímulo à agricultura familiar, assentados, quilombolas, indígenas, etc, que em grande parte se dedicam à produção dos alimentos comuns da mesa dos brasileiros. Mesmo assim, dada a migração de centenas de milhares de agricultores familiares para a produção das commodities do agronegócio (induzida pelo PRONAF) de 2006 para 2017 ocorreu a redução da participação da agricultura familiar na produção de comida. Vejam a figura abaixo comparando a participação da agricultura familiar na produção de alguns alimentos essenciais:



Fonte: IBGE (CAS 2006 e 2017) – Elaboração própria

Após o golpe, teve início o desmonte das medidas de proteção à agricultura familiar. Com Bolsonaro, não apenas foram reduzidas as políticas de mediação, mas esses setores

passaram a ser tratados como inimigos. Foi extinto o ‘Plano Safra’ da Agricultura Familiar; não há mais reforma agrária, o que foi sacramentado com a PLOA 2021 para o Incra que será reduzido ao pagamento de precatórios para latifundiários; houve o veto integral à Lei Assis Carvalho; o PAA que já teve orçamento de R\$ 1.2 bilhão, terá 100 milhões em 2021 (PLOA). Em resumo, os segmentos que mais produzem comida têm sido alvo dos ataques ideológicos de Bolsonaro e da sua Ministra. A propósito, a Ministra se jacta de ter aberto mais de 60 mercados para os produtos do agronegócio brasileiro. Mas quem já viu a Ministra falar sobre os problemas do abastecimento interno de alimentos? Quando se ouviu da Ministra qualquer manifestação de preocupação sobre a fome? Para a Ministra só interessa o mercado externo e a sua luta permanente para perdoar dívidas previdenciárias, de crédito e outras benesses para o agronegócio exportador. Consistente com essa postura, em parceria com o Ministro da Economia, a Ministra simplesmente ignorou a Lei Agrícola Nacional que obriga o governo a manter estoques reguladores e estratégicos de alimentos, e na prática extinguiu essas políticas que eram mantidas até o golpe e que foram fundamentais para conter momentos mais intensos de carestia dos alimentos. A figura abaixo apresenta o quadro dramático dos estoques públicos de alguns alimentos estratégicos, na posição de agosto. Entre todos os produtos, somente o milho tem estoque para atender a indigência de 1 DIA do consumo do produto.

SITUAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS DOS PRINCIPAIS ALIMENTOS

Mês de AGOSTO - CONAB

| PRODUTO | POSIÇÃO DOS ESTOQUES - TON | CONSUMO ANO - TON | CONSUMO/DIA - TON |
|--------------------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|
| feijão | 38,0 | 3.050.000,0 | 8.472,2 |
| trigo | 3,0 | 12.000.000,0 | 333.333,3 |
| milho | 183.477,0 | 61.500.000,0 | 170.833,0 |
| arroz | 623,0 | 10.600.000,0 | 29.444,0 |
| farinha de mandioca (não industrial) | 125,0 | 8.400.000,0 | 23.333,3 |

Fonte: CONAB – Elaboração própria

Portanto, temos no Brasil:

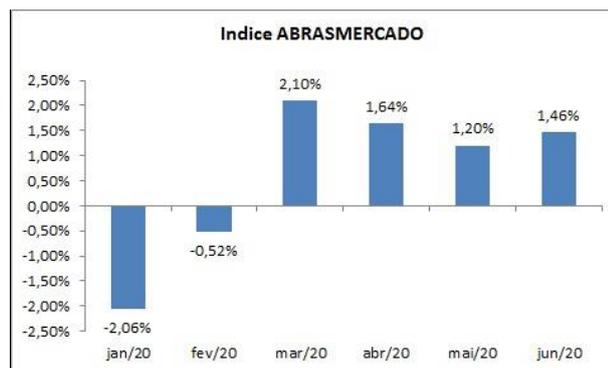
- (i) trajetória de redução da base produtora dos alimentos mais essenciais;
- (ii) desmonte das políticas para os setores que mais produzem comida;
- (iii) inexistência de estoques públicos;
- (iv) exportações desenfreadas, impulsionadas por políticas internas sem relativizações, ainda mais favorecidas pelo e câmbio; e externamente, pela intensa demanda chinesa, e preços internacionais. Inclusive, de forma inusitada, houve o aumento de 75% nas exportações de arroz no período de janeiro a agosto de 2020, *vis s vis* o mesmo período de 2019. Foram mais de 500 mil toneladas de ampliação dessas exportações que obviamente fazem falta, notadamente num cenário de inexistência de estoques públicos,

reguladores e estratégicos. As exportações descoladas das necessidades do mercado doméstico das carnes em geral tenderão a repercutir mais ainda sobre os preços internos;

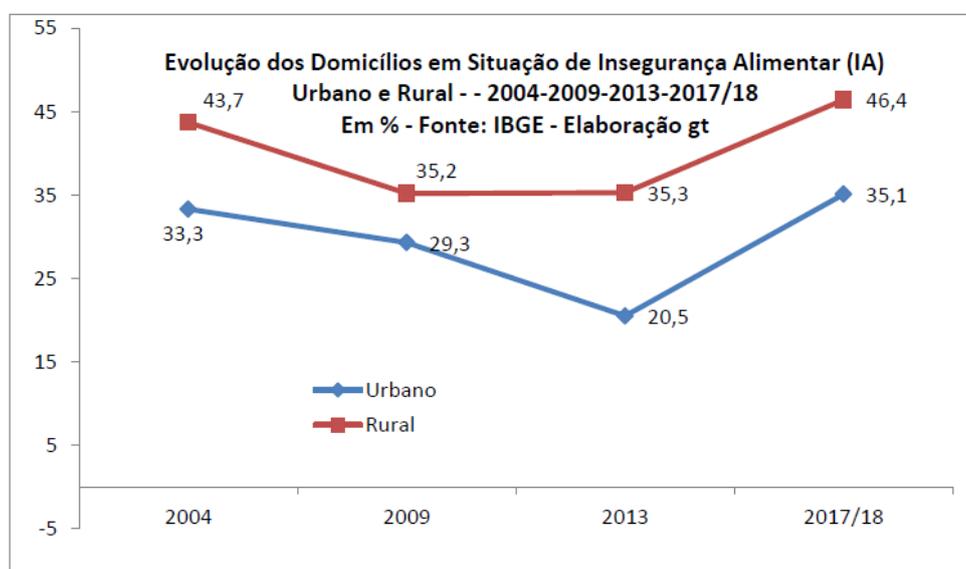
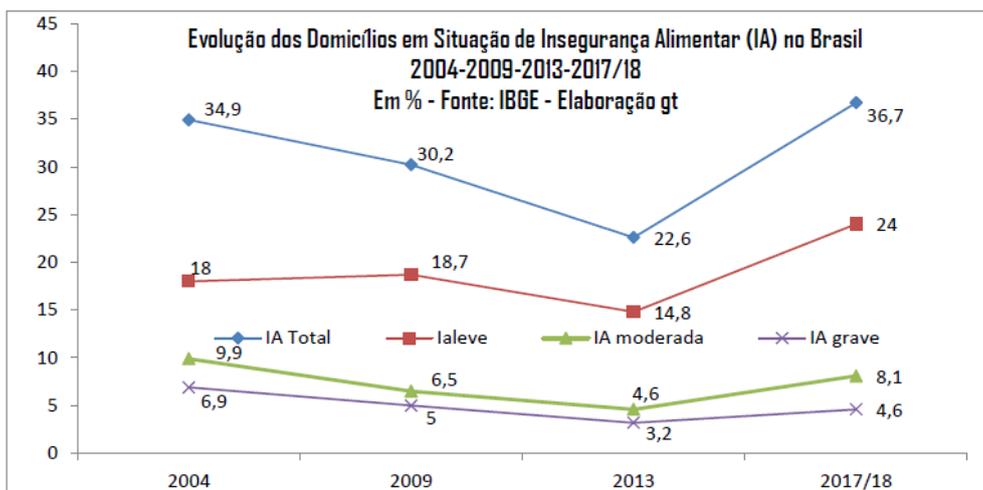
- (v) o desinteresse ou falta de coordenação e planejamento do governo para suprir a demanda por importações de produtos possíveis, como no caso do arroz;
- (vi) produção de alguns produtos circunstancialmente afetadas; e
- (vii) práticas oportunistas criminosas como a especulação.

Nesse contexto de vulnerabilidades da oferta houve a ação do Congresso pela aprovação do auxílio emergencial pandemia, de R\$ 600,00, que impactou no incremento da demanda alimentar, daí resultado o desequilíbrio entre oferta e demanda e, por conseguinte, nos problemas de abastecimento, incluindo a carestia.

Alguns setores questionam se esse fator efetivamente causou impacto e, igualmente, se a quarentena também resultou no aumento do consumo alimentar. A figura seguinte retratando a evolução do índice ABRASMERCADO (jan a jun) que expressa o consumo de uma cesta de produtos majoritariamente constituída de alimentos confirma o aumento do consumo.



Parece que não há como questionar o impacto na demanda alimentar do ‘auxílio’, já que incidiu em um contexto de enorme insegurança alimentar de mais de 85 milhões de brasileiros. Sobre esse tema, a Pesquisa sobre Orçamentos Familiares – POF, com a edição 2017/18, recém publicada pelo IBGE, mostra que em apenas 03 anos do golpe de 2016, o Brasil foi objeto de enorme retrocesso nos indicadores da segurança alimentar do país. Os domicílios com níveis de Insegurança Alimentar (IA) ampliaram 62.3% em 2017/18 em comparação com 2013. Houve aumento em todas as gradações da IA. A situação é mais dramática nas áreas rurais. As duas figuras a seguir ilustram esse fenômeno. Imagine os dados que teremos após as tragédias Bolsonaro e pandemia!!!



Fonte: IBGE – Elaboração própria

Claro que um incremento de renda para essas populações em situação extremas de vulnerabilidade social resultaria em aumento imediato na demanda por comida. Foi este o ‘gatilho’ da atual carestia dos alimentos: os R\$ 600,00 do auxílio emergencial.

Conclusões – em primeiro lugar deveria ser motivo de vergonha para os ruralistas, intelectuais e imprensa do ‘Agro é Pop’, o fato de o fazendão do mundo não ter condições de alimentar a população do Brasil. De início, o governo Bolsonaro jogou a culpa da carestia às especulações por parte de supermercados e atacadistas. Claro que a especulação é óbvia e deve ser condenada. Porém, onde tem capitalismo e comércio, tem especulação. Mas só tem especulação onde tem escassez. Este é o ponto!

O argumento que transfere para o câmbio a responsabilidade da alta dos preços dos alimentos serve para os desavisados. Claro que o câmbio é atraente para os exportadores que, todavia, exportariam tudo em qualquer nível do câmbio. Em resumo, a carestia dos alimentos resulta de uma conjugação de fatores, mas o fator estruturante que continuará ameaçando o abastecimento alimentar é a hegemonia absoluta do agronegócio exportador, principalmente neste período Bolsonaro onde foram eliminadas as ações de apoio aos setores da agricultura familiar com protagonismo

na produção da comida. Para completar, ao ranço político do governo, some-se o neoliberalismo doentio da área econômica que de forma suspeita aposta no mercado de alimentos autoregulável, o que levou à extinção dos estoques de alimentos em afronta ao que determina a Lei Agrícola Nacional.

Não há como recompor a oferta no curto prazo. Então, infelizmente, a “solução” virá pela demanda, ou seja, pela contenção da demanda com o fim do auxílio e o aumento da miséria. Foram abertas as portas do passado. A fome pede passagem!